



**Relatório de Estágio na
Junta de Freguesia de Castelo Branco:
as políticas sociais locais**

**Marco Riscado Baptista
M10075**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Ciência Política

Orientador: Prof. Doutor Pedro Miguel Alegria Silveira

outubro de 2022

Folha em branco

Declaração de Integridade

Eu, Marco Riscado Baptista, que abaixo assino, estudante com número de inscrição M10075 o curso de Ciência Política da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior.**

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã, 10 de Outubro de 2022.

Marco Riscado Baptista

Folha em branco

Dedicatória

Aos meus pais, os meus pilares da minha vida o meu bem haja.

Por todos os nossos esforços e lutas que me permitiram chegar até aqui.

Folha em branco

Agradecimentos

Não poderia de deixar de agradecer a todos os que me permitiram chegar até aqui, obrigado por todos esforços, pelo carinho e sobretudo pela confiança depositada em mim.

Tendo concluindo o presente trabalho, não poderia esquecer a minha família, amigos e pais obrigado. Por tudo por hoje, ontem e sempre. Pelo nosso caminho percorrido ao longo da vida.

Agradeço a todos os colegas da Junta de Freguesia de Castelo Branco, ao executivo, e em especial ao presidente cessante e atual Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Professor Leopoldo Rodrigues, sendo que foi o melhor responsável de acolhimento que poderia ter tido. Como eu sempre lhe disse, foi o meu segundo orientador, pelo que estou muito agradecido por toda ajuda prestada e por toda a disponibilidade em receber-me sempre que lhe pedi.

Ao Paulo Martins, à Mila, à Fátima e à Paula, o meu sentido bem haja, por todo o apoio e cooperação, foram os melhores colegas de gabinete que poderia ter.

Ao meu professor e orientador, Prof. Doutor Pedro Silveira, agradeço pela paciência, ajuda, pelo apoio e pela disponibilidade, que me prestou antes, durante e depois do estágio. Fico eternamente agradecido por todo o auxílio.

Um agradecimento a todos os professores do mestrado de Ciência Política da Universidade da Beira Interior, por todo o conhecimento transmitido e por não se limitarem apenas a transmitir o conhecimento, mas por incutirem sempre o melhor caminho aos seus alunos.

Agradeço aos amigos da Covilhã, que nesta cidade foram uma verdadeira família. Com união superamos tudo.

Agradeço ainda aos meus amigos de infância e a todos os que fiz ao longo destes verdes anos.

Por fim, agradeço à Lardosa, minha freguesia e à cidade que me viu nascer, a bela cidade de Castelo Branco.

Folha em branco

Resumo

O presente relatório relata a experiência de quase 4 meses de estágio na Junta de Freguesia de Castelo Branco, entre o dia quinze de fevereiro de dois mil e vinte e um e o dia quatro de junho de dois mil e vinte e um. Nele constam a caracterização da instituição, todas as tarefas e atividades desempenhadas durante o estágio.

O estágio permitiu estar em contato direto com a comunidade e população, devido ao programa “A freguesia vai por si”, conversar com a população e tentar sempre ter boas soluções.

Dessa forma, o enfoque teórico deste relatório centra-se nas políticas públicas sociais e locais, políticas locais e políticas sociais.

A estrutura do relatório encontra-se dividida em diversos capítulos e subcapítulos.

Inicia-se na Introdução, pela seguinte ordem, a Revisão de Literatura, a Caracterização da Instituição, a Descrição das atividades do estágio, dentro desse capítulo, o Subcapítulo 3.1 Desenvolvimento de medida sobre centro histórico, o Subcapítulo 3.2 Levamento de políticas sociais locais em curso em outras freguesias nacionais e desenvolvimento de uma proposta social no seguinte capítulo e a Conclusão.

Palavras-chave

Políticas Públicas Locais e Sociais; Políticas Locais; Políticas Sociais; Junta de Freguesia; Gabinete.

Abstract

The present report accounts the experience of almost 4 months of internship at the Parish Council of Castelo Branco, between 15th February and 4th of June 2021. It contains the characterization of the institution, all the tasks and activities carried out during the internship.

The internship allows us to be in direct contact with the population, due to the “freguesia vai por si” program, talk to the population and always try to have good solutions.

Thus, the theoretical framework of this report is centered on local and social policies.

The structure of the report can be found in several chapters and subchapters.

The Introduction begins, in the following order, with the Literature Review, the Characterization of the Institution, the Description of the internship activities, within this chapter, Subchapter 3.1 Development of a measure on local history, Subchapter 3.2 Implementation of local social policies course in other national parishes and development of a social proposal in the next chapter, and the Conclusion.

Keywords

Social and local public politics; Social politics; Local politics; Parish Council; Office

Folha em branco

Índice

Introdução	1
Capítulo 1. Revisão de Literatura.....	2
Capítulo 2. Caraterização da instituição	6
Capítulo 3. Descrição das atividades do estágio	11
Subcapítulo 3.1 Desenvolvimento de medida sobre centro histórico	11
Subcapítulo 3.2 Levamento de políticas sociais locais em curso em outras freguesias nacionais e desenvolvimento de uma proposta social	12
Conclusão.....	17
Bibliografia	18
Web grafia.....	19

Folha em branco

Lista de Figuras

Figura 1 Brasão da freguesia

Figura 2 Explicação do Brasão

Figura 3 Logotipo institucional

Figura 4 mapa do concelho de Castelo Branco, assinalado a vermelho a freguesia de Castelo Branco

Folha em branco

Introdução

O presente relatório descreve a experiência de praticamente quatro meses de estágio na Junta de Freguesia de Castelo Branco. O relatório insere-se no âmbito do Mestrado em Ciência Política da Universidade da Beira Interior.

Ao longo do meu percurso enquanto estudante deste o início deste ciclo de estudos sempre tive paixão e alguma curiosidade pelas áreas de políticas de “proximidade”, fossem elas políticas públicas, políticas culturais, políticas locais ou políticas sociais, na procura de aplicar os conhecimentos teóricos, adquiridos no 1º ano do mestrado de Ciência Política, coloquei sempre a hipótese principal a realização um Estágio com relatório e que me permitisse obter experiência.

Assim, decidi envergar pelo caminho das políticas locais e sociais. A minha justificação, prende-se, em primeiro lugar, primeiro pelo gosto pessoal pela temática: em segundo por permitir acompanhar a proximidade da junta de freguesia à população: e, em terceiro lugar, porque correspondia ao intuito de trabalhar para resolver problemas.

Devido à pandemia não foi um caminho fácil, mas poder ter ajudado a minha comunidade neste excepcional contexto é algo que me orgulha.

O relatório descreve o meu trabalho enquanto estagiário na Junta de Freguesia de Castelo Branco.

Note-se, que o relatório se encontra dividido por diversos capítulos e subcapítulos, que são os seguintes: a Introdução, a Revisão de Literatura, a Caracterização da Instituição, a Descrição das atividades do estágio, ambos subcapítulos, o Subcapítulo 3.1 Desenvolvimento de medida sobre centro histórico, Subcapítulo 3.2 Levamento de políticas sociais locais em curso em outras freguesias nacionais e desenvolvimento de uma proposta social depois a Conclusão, a Bibliografia, por último a Web grafia.

A estrutura do trabalho passa pelos seguintes títulos: pela Introdução, pela Revisão de Literatura, pela Caracterização da Instituição, pela Descrição das atividades e pela Conclusão.

Capítulo 1. Revisão de Literatura

Nos anos de 1918, 1933, 1976 e 1983 foram anos de maior atuação ao nível das políticas públicas de habitação pelo Estado português, com construção de casas económicas apoiadas pelo Estado português, casas de renda económica e adaptada ao rendimento das famílias e seus inquilinos. Nesses mesmos anos foram anos de construção a nível nacional de diversos bairros sociais um pouco por todas as grandes cidades do País (Agarez, 2018). Castelo Branco não é exceção. Por exemplo o Bairro Quinta das Pedras é dos anos 30, também ele um Bairro económico. O Bairro de Santiago é composto por habitações camarárias de carácter social e por cooperativas de habitação, com uma renda municipal de baixo valor, contudo existem diversos de focos de habitação com outro proprietário para além do Município.

É de realçar durante o período (de 1918 a 1933) foram construídos pelo País muito bairros fabris junto das fábricas, sendo a maior parte casas de rés de chão, os chamados bairros operários (Antunes, 2016).

Após o 25 de abril e a descolonização, em todo País existe um crescimento populacional, inclusivamente na freguesia de Castelo Branco. Nesse sentido, foram criados bairros de cooperativa de habitação económica um pouco por todo o País (Antunes, 2016).

Na verdade, em Portugal, a freguesia é um órgão local de base com uma história enraizada, com fins de utilidade pública e com enorme proximidade ao cidadão. É uma entidade local com autonomia, sendo uma forma de garantia de salvaguarda dos direitos e de resolução de problemas dos cidadãos, onde existe também prestação de serviços. O poder local divide-se da seguinte forma: distritos, concelhos e freguesias (Rocha, 2017).

A freguesia de Castelo Branco, tal como uma grande parte do País, está envelhecida, pois tem uma grande parte da população com mais de 65 anos. Simultaneamente, este segmento da população encontra-se nos diversos bairros mais antigos da cidade. É aí que se encontra a maior parte das habitações degradadas e situações mais socialmente precárias nesta população.

Portugal é caracterizado pelo aumento da população idosa, o País é cada vez menos jovem. O poder político tem o desafio de, face ao aumento da esperança média de vida,

ter programas para ocupação dos idosos, tornando mais ativos e assim ter alguma dignidade. Logo, o envelhecimento está presente nas políticas locais de Portugal (Barbosa,2015).

A nível local, os idosos devem ter um papel predominante na sociedade e, principalmente, nas juntas de freguesia, associações e coletividades é importante incluir os idosos, integrando-os na sociedade (Barbosa,2015).

O envelhecimento da população portuguesa começou na década de 60, e desde então verifica-se um aumento avassalador face à baixa natalidade e mortalidade (Bandeira, 2014, pp. 17-19).

As primeiras medidas em Portugal de combate à pobreza e à exclusão social foram tomadas nos anos 70 e 80, particularmente devido às categorias mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social, que eram pequenos agricultores e trabalhadores rurais, trabalhadores com baixa escolaridade e qualificação, a maior parte com vínculo precário, desempregados de longa duração, idosos, toxicodependentes, crianças (sobretudo as órfãs), portadores de doenças infecto contagiosas e, por fim, minorias étnicas (Amaro,2003, pp.26-28).

Neste contexto, é importante a participação social e cívica da população e os agentes de política local estarem presentes com medidas de política social direcionadas para a população, particularmente direcionadas para a população idosa, aumentando o combate à exclusão social e às desigualdades sociais. As políticas sociais visam combater as desigualdades e exclusão, de forma que a população mais carenciada tenha alguma proteção social assegurada. Tal como Rodrigues (1999) defende, a proteção social é um compromisso com a sociedade em geral, visando que o mínimo de condições à sobrevivência seja garantido.

As políticas sociais em Portugal iniciam-se ainda durante o Estado Novo, nos anos 60, com grandes medidas de consolidação (Rodrigues, 1999): caixas de previdência, o abono de família, a caixa geral de aposentações dedicada a quase todas as classes sociais e de trabalhadores, com algumas medidas especiais para trabalhadores rurais, maternidade e desemprego involuntário; casas do povo e regimes de previdência rural. Todavia, após o início da democracia e com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, demonstraram um maior crescimento e importância na defesa dos mais vulneráveis com a criação da pensão social (Rodrigues, 1999). É a partir daí que se consagra a segurança social na defesa e proteção na doença, no desemprego,

salvaguarda na velhice, na invalidez ou na falta de meios de subsistência (Rodrigues, 1999).

O envelhecimento e a proteção social estão intimamente ligados, a defesa dos mais vulneráveis, deve também permitir uma inserção e reintegração social. Os idosos são um grupo vulnerável na sociedade, o envelhecimento é crescente e com ele surgem problemas como o isolamento social e a solidão tóxica. Para além do mais de diversos problemas de autonomia e locomoção, os serviços públicos de ação social têm um papel determinantes nestes casos (Capucha,2005).

A pobreza está estreitamente ligada a carências económicas e sociais, a perdas de rendimento, fome e doença. Portugal tem níveis de desigualdades sociais consideráveis, com um risco severo de pobreza numa parte da população (Ferreira,2004).

As respostas sociais nos dias de hoje já são bastantes diversificadas: os centros de convívio, lares de idosos, centros de dia, centros de noite, apoio domiciliário. A assistência social tem sido eficaz, o que contribui para uma boa ação social. O envelhecimento e as políticas sociais interligam-se na defesa e proteção dos mais vulneráveis, já que um idoso sem autonomia é excluído da sociedade ativa (Martins, 2011).

A justiça social é encarada como a inclusão social das pessoas, a capacitação das mesmas e da criação de oportunidades, quer de trabalho, quer de saúde, quer de alimentação, onde a igualdade é circunstancial, pois a exclusão é a impossibilidade de aceder a direitos, como por exemplo trabalho digno, rendimento social de inserção, educação e saúde, para além da formação e a habitação condigna. A sociedade é feita de direitos e deveres, contundo as famílias e pessoas em perigo de exclusão social são por vezes vistas na sociedade como más imagens e desvalorizadas. A inclusão gera autonomia (Capucha,2010).

Os agentes sociais locais e as autoridades locais têm um papel primordial na sociedade portuguesa, autoridade local tem uma parte do poder local e é muitas vezes a relação mais próxima entre estado e a sociedade local. Assim, a junta de freguesia tem uma proximidade autónoma para as pessoas e seus concidadãos. Devido a essa proximidade é mais fácil identificar e resolver os problemas que surjam, para além de terem parcerias com diversas associações bem presentes na vida quotidiana da cidade ou freguesia (Branco, 1991).

As políticas sociais dividem-se na habitação, na saúde, na segurança social, no ensino e formação. Os direitos sociais e económicos constituem o modelo de cidadania social e económica. Há necessidade de proteção dos mais vulneráveis, pobres e trabalhadores, de forma que existe uma distribuição de rendimentos e justiça social, sob a forma de igualdade e solidariedade. Direitos na cidadania e também deveres enquanto cidadão permitem que haja justiça e uma participação social ativa (Rodrigues, 2017).

Portugal tem um estado social ativo que apoia os seus cidadãos de diversas formas, mas colocam-se novos desafios às políticas sociais, principalmente durante crises económicas, guerras, subida da inflação ou perda de rendimentos. A intervenção social é cada vez mais fundamental na vida dos cidadãos que dela necessitem, por isso é importante haver serviços sociais que funcionem não simplesmente na teoria, mas sim na prática. Neste contexto, as políticas sociais a nível local assumem um papel muito relevante.

Capítulo 2. Caraterização da instituição

A partir de documentos consultados na Junta de Freguesia e no arquivo municipal de Castelo Branco constituímos este capítulo.

Castelo Branco é sede de freguesia, é freguesia, concelho e capital de distrito.

Após, consulta no site do Instituto Nacional de Estatística, a freguesia de Castelo Branco tem uma área total de 170,26Km², de média dimensão geográfica, sendo constituída por meio rural e meio urbano, pela cidade, fazem parte da freguesia, as aldeias anexas dos Lentiscais e Taberna Seca.

Taberna Seca situa-se a cerca de cinco quilómetros da cidade albicastrense. Por decreto-lei foi anexada a Castelo Branco, já que anteriormente pertencia à freguesia das Benquerenças.

Segundo o site do Instituto Nacional de Estatística, face ao resultado dos últimos censos de 2021, a freguesia de Castelo Branco tem 34471 habitantes.

Existem registos da cidade deste os tempos medievais, esses mesmos registos que obtive para consulta no arquivo municipal. A cidade antiga ou cidade velha, do qual fazem parte a ermida de São Martinho, a capela de Senhora de Mércules, São Bartolomeu, também a muralha antiga que nos dias de hoje ainda existem vestígios da mesma em torno do bairro do castelo.

A partir de documentos para consulta na junta de freguesia, podemos constatar que Castelo Branco tem registos medievais, surgindo no ano 1165, pelo rei D. Afonso Henriques, os primeiros registos iniciais dos primeiros povoamentos, sendo feita a doação do povoamento à ordem do templo. D. Sancho I renova essa mesma doação, assim continuará até ao reinado de D.Dinis, do qual foi extinta a Ordem do Templo, sendo que foi incluída na Ordem de Cristo.

Castelo Branco com o seu castelo templário e com os seus povoamentos desempenhou um enorme papel nas ordens militares, a sua importância ia para além do Tejo, as obras de fortificação da muralha em torno do povoamento da chamada vila foram no ano de 1343 no reinado de D. Afonso IV.

Anteriormente, diversos mestres e freires D. Pedro Álvares, Alvito de sua alcunha, 11º mestre da ordem de Portugal, já tinha concebido uma espécie de foral, sendo considerada a primeira carta, entre 1213 e 1214. O novo foral foi concedido por D. Manuel I, no ano de 1510, no reinado de D. João III. A vila medieval fica como a

principal vila da comarca da Beira. No ano de 1771, por alvará pombalino a 20 de março e carta a 15 de Abril, nesse mesmo ano o rei D. José I eleva a vila a categoria de cidade, categoria essa que se encontra nos dias de hoje.

O edifício da Junta de Freguesia de Castelo Branco situa-se no Largo de Espírito Santo, nº41, 6000-190 em Castelo Branco, mas nem sempre a junta de freguesia foi onde é hoje. Iniciou a sua atividade nos anos 30/ 40 no atual edifício onde atualmente é o conservatório de Castelo Branco, simultaneamente era onde esteve a Câmara Municipal, tendo passado para o atual edifício da Câmara Municipal nos anos 60. Contudo, face à necessidade de um novo edifício independente, de forma que não sobrecarregasse a Câmara Municipal e também a intuito de autonomia, começou a projetar-se o novo edifício.

Em 1983 deu-se início ao projeto que seria o atual edifício da junta de freguesia, de forma que fosse enquadrado na arquitetura local. Foi pensado ao detalhe e no simbolismo tradicional. A obra teve ainda início nesse mesmo ano, tendo terminado, em 1985, a parte estrutural. Em 1986 foram feitos os últimos ajustes, tendo iniciado o seu funcionamento em 1989. O edifício pouco ou nada mudou face à inauguração. É composto por 2 pisos, um rés do chão e primeiro andar tendo ainda umas escadas de serviço para acesso ao sótão, onde se situa uma parte do arquivo. O rés do chão é composto por 3 casas de banho privativas, o gabinete do presidente, o gabinete dos restantes membros do executivo, a secretaria e um *hall* com diversas mesas e bancos para que os cidadãos possam aguardar pela sua vez, quando necessário. O 1º andar é composto por uma cozinha de serventia aos colaboradores da Junta de Freguesia, pelo departamento social e pelo departamento de contas a funcionar no mesmo escritório. Conta ainda com um salão com várias cadeiras e uma grande secretária para reuniões próprias do local onde se insere ou de empresas, associações ou até ações de formação, pois o salão está equipado com diversos equipamentos (desde computadores, a equipamentos áudio visuais).

Para além do edifício/ sede da junta de freguesia, faz parte também do edificado um forno comunitário, situado na rua de Santa Maria, na zona histórica da cidade e no largo de Camões, a casa do arco do bispo, que essencialmente, serve para sessões com índole formal e exposições, possuindo um escritório e diversas salas para reuniões.

A junta de freguesia dispõe de duas assistentes técnicas, uma da área de serviço social e outra da área de contabilidade, uma secretária para serviços gerais e documentação, um assistente operacional, dois elementos de prestação de serviços, um para limpezas e outro para o serviço, “A freguesia vai por si”.

Castelo Branco, desde os anos 20 até aos dias de hoje, teve 15 presidentes da junta de freguesia.

O primeiro foi José Esteves de Oliveira, que cumpriu o mandato de 03/08/1926 a 16/10/1937, o segundo foi Júlio Ribeiro Grilo, de 05/11/1945 a 01/01/1951, o terceiro foi Manuel Joaquim da Costa Roxo de 02/01/1951 a 17/01/1959, o quarto foi António dos Santos Leão de 18/10/1959 a 14/11/1963, o quinto foi António Gomes Belo de 15/11/1963 a 14/11/1967, que cumpriu dois mandatos, mas não seguidos, pois o sexto João Nunes foi eleito em 15/11/1967 a 01/01/1972, sendo que António Gomes Belo foi eleito presidente novamente em 02/01/1972 a 10/03/1975, o sétimo foi Alberto Jorge Parreira de 11/03/1975 a 06/02/1977, o oitavo foi Lenine Casimiro da Silva de 07/02/1977 a 09/02/1980, o nono foi Manuel Lopes da Silva Barata de 10/02/1980 a 18/01/1983, o décimo foi João Martins Fernandes de 19/01/1983 a 08/01/1990, o décimo primeiro foi Joaquim Martins Moreira de 09/01/1990 a 06/01/1994, o décimo segundo Clemente Rosa Mouro de 07/01/1994 a 31/10/2005, o décimo terceiro foi Jorge Manuel Vieira Neves de 02/11/2005 a 16/10/2017, o décimo quarto foi Leopoldo Martins Rodrigues de 16/10/2017 a 11/10/2021, por último o décimo quinto e atual presidente em funções tomou posse em 12/10/2021, estando em funções até aos dias de hoje é José Dias dos Santos Pires.

A junta de freguesia tem dois órgãos, um órgão executivo e um órgão deliberativo. O órgão deliberativo é composto pela assembleia de freguesia do qual fazem parte, dezanove elementos, entre os quais o presidente de assembleia, o primeiro secretário e o segundo secretário. O executivo é composto por sete elementos, que são o Presidente, o Secretário, o Tesoureiro e quatro vogais. Os pelouros são diversos desde a coordenação, a administração geral, obras, expediente e arquivo, ligação à assembleia de freguesia, processos de contraordenação, ambiente, redes sociais, cultura, anexas da freguesia, património, casa do arco do bispo, educação, ação social, tesouraria, contabilidade, desporto, por fim, juventude e inovação. Estes pelouros estão distribuídos pelos sete elementos do executivo.

A junta de freguesia dispõe de um site, "<https://jf-castelobranco.pt/>", do qual qualquer pessoa e cidadão, pode consultar atas de assembleia, pedir a newsletter, ter acesso aos contatos seja por via telefónica ou por email, e ainda ter acesso a todas as notícias e eventos a respeito da junta de freguesia. Dispõe também de um balcão virtual, onde o cidadão pode fazer um pedido de reunião com o executivo ou com um dos membros do qual o assunto seja referente ao pelouro, podendo fazer sugestões e reclamações. Por fim, pode também fazer um registo de ocorrência na cidade, como, por exemplo: um carro abandonado na via pública; um poste sem luz; um buraco, quer na estrada, quer

na calçada; um rompimento de uma conduta de água; inundações; e perigo de queda de edifícios (como, por exemplo, uma casa de devoluta).

Para além disso, o site contém a mensagem do presidente, a composição do executivo e seus pelouros atribuídos, documentos de gestão, a data das reuniões públicas e privadas do executivo. O cidadão pode assistir às reuniões públicas. No site, o visitante tem acesso aos regulamentos, editais, a história da freguesia e ao mapa da mesma. Por fim, são disponibilizados também a composição da assembleia de freguesia e as respetivas convocatórias para as suas assembleias e reuniões.



Figura 1 Brasão da freguesia

Simbolos Heráldicos

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
Fundada em 1994

Comissão de Heráldica

Ordemção heráldica do brasão, bandeira e selo da Freguesia de Castelo Branco, Município de Castelo Branco

FREGUESIA

Brasão: escudo de prata, esmaltado de flores de vermelho salpicado com pequenas aves de azul e branco, com bordado de seda azul e negro. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: "FREGUESIA DE CASTELO BRANCO".

Bandeira: vermelha, cordão e borlas de prata e vermelho. Bordo e lança de negro.

Selo: nos termos da Lei, com a legenda: "Junta da Freguesia de Castelo Branco".

Parecer emitido nos termos da Lei nº 53/91, de 7 de Agosto, Lisboa, 6 de Março de 2007.

O Secretário da Comissão de Heráldica
José Manuel Soares
José Manuel Soares

Parecer emitido a 06 de Março de 2007.
Estabelecido em Assembleia de Freguesia a 25 de Junho de 2007.
Publicado em D.R. II série, Nº 133 de 12 de Julho de 2007.
Registado na DGAL com o Nº 102/2007 de 17 de Setembro de 2007.

Justificação dos Símbolos

Flores e Aves

Representam as tradições artesanais de Castelo Branco, patentes nos bordados com seda sobre linho caseiro.

Balança

Representa o orago da freguesia, S. Miguel.

Apresentação Pública dos Símbolos Heráldicos da Freguesia de . . . Castelo Branco

Figura 2 Explicação do Brasão



Figura 3 Logotipo institucional

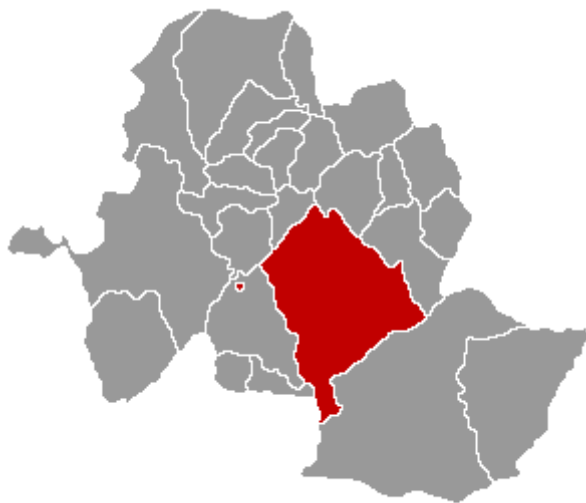


Figura 4 mapa do concelho de Castelo Branco, assinalado a vermelho a freguesia de Castelo Branco

Capítulo 3. Descrição das atividades do estágio

Subcapítulo 3.1 Desenvolvimento de medida sobre centro histórico

Quando iniciei o meu estágio as primeiras duas semanas foram de plena adaptação e tinha um horário de apenas de quatro horas por dia, sendo que após o término dessas duas semanas, comecei a ter o horário normal da Junta de Freguesia das (8h30 ao 12h30 e das 14h00 às 17h00). Fui logo muito bem recebido e fiquei no 1º andar com uma secretária e com todas as condições de trabalho, com a devida separação em relação aos outros funcionários devido ao covid, pois estávamos perante uma pandemia quando decorreu o estágio.

Inicialmente, traçámos um plano de estágio, que incluía tentar desenvolver uma proposta em torno de políticas locais e políticas sociais, tendo por base todo o material científico possível, mas também os meus conhecimentos adquiridos ao longo do mestrado em Ciência Política.

A partir de uma nova leitura inicial, tendo por base artigos, notícias e documentos do arquivo da Junta de Freguesia, foram diversas as ideias que surgiram empiricamente: a mostra e promoção da freguesia, a criação da loja online, uma feira com diversas empresas e empresários, projeção do centro histórico como uma marca da cidade. Este último, em particular, foi algo que o Presidente gostaria de apostar, tentando desenvolver uma ideia de valorização do centro histórico.

A participação cívica das pessoas e a inclusão social são muito importantes para a sociedade, pelo que desenvolvi uma nova proposta “Tornar o centro histórico vivo”. O centro histórico de Castelo branco encontra-se degradado, embora existam bons casos de reconstrução e reabilitação de edifícios.

“Tornar o centro histórico vivo” é uma proposta essencialmente baseada em permitir que oficinas e residências artísticas se desenvolvam e criem emprego. A parceria seria com o centro prisional de Castelo Branco, que permite a reinserção na sociedade de presidiários e ex-presidiários, pudessem aprender novas valências e competências ao nível do bordado de Castelo Branco. É uma proposta que tenta proporcionar uma verdadeira alternativa nas vidas das pessoas, entre estar preso e querer aprender algo novo, algo de útil, as próprias pessoas sentirem-se úteis. Em reunião com Sr.

Presidente concordámos em criar uma parceria ao nível futuro com centro prisional de Castelo Branco. Para além de podermos desenvolver políticas de igualdade, desenvolveríamos um modelo de desenvolvimento sustentável, para as novas competências, os reclusos e novos reclusos iriam aprender também o bordado ao nível da pintura de parede.

Subcapítulo 3.2 Levamento de políticas sociais locais em curso em outras freguesias nacionais e desenvolvimento de uma proposta social

A política social tem como objetivo responder às necessidades das pessoas, promover a inclusão de todos na sociedade, para além de ser uma resposta a carências, a proteção dos mais vulneráveis. Numa reunião do executivo a que pude assistir, e após consulta de um documento facultado, verifiquei que a freguesia dispõe de uma cultura de ataque e erradicação à pobreza e a todas as suas necessidades. As políticas sociais requerem a ação dos agentes locais logo a política local esta ligada intimamente ao poder local, sendo que existe uma cooperação e simbiose entre ambas as políticas mencionadas. Posteriormente ao 25 de Abril, houve enormes intervenções significativas no domínio das políticas sociais e locais, o próprio poder local tornou-se uma forma própria de exercício de poder. O desenvolvimento das políticas públicas sociais só foi possível com o fim da ditadura, logo este acontecimento leva-me à palavra governança, significa envolvimento dos atores da sociedade, os agentes sociais neste caso.

A Junta de Freguesia tem parcerias com diversas associações existentes na cidade, desde o desporto, à saúde, ao associativismo, às coletividades, à Caritas Interparoquial, também ter parecias com a própria Câmara Municipal e com outras juntas de freguesia do concelho. Ao ter uma reunião com o Sr. Presidente de junta de freguesia, efetuámos conjuntamente o levamento das associações de apoio social em Castelo Branco: Aviso – Associação de Apoio Voluntário ao Idoso Só, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Deficiente Mental, a Liga dos Combatentes – Núcleo de Castelo Branco, a Associação de apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco, a Cruz Vermelha Deleção de Castelo Branco, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão e Deficiente Mental, Cáritas Interparoquial de Castelo Branco, a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento e por último a Associação da Carapalha, que conta com uma ajuda da associação Quatro Corações onde tem um projeto conjunto dentro da mesma

associação. Ao efetuar o levantamento tentei encontrar linhas de trabalho conjunto com a Junta de Freguesia, reunindo com alguns presidentes destas mesmas associações, que disponibilizaram total cooperação para um projeto futuro.

Então fui também procurar programas sociais em Juntas de Freguesia ao nível nacional, mas algo em prática, parecido ao programa que a Junta de Freguesia de Castelo Branco, já dispõe o “Freguesia vai por si”, que consiste em o cidadão telefonar o dia antes para a junta de freguesia e fazer o seu pedido de forma que o funcionário organize datas e horas, funciona com lista de compras, pagamento de serviços, telefónicos, água, luz, gás, medicamentos, consultas no hospital, antes de qualquer prestação dos serviços, o funcionário passa na morada facultada pelo cidadão da sua residência e leva o dinheiro mais ou menos estimado para a prestação de serviço, sem qualquer pagamento do cidadão sem ser o valor da fatura ou das suas compras. Assim, consultei algo que não existisse na Junta de Freguesia de Castelo Branco. O objetivo era encontrar o que é que as outras freguesias têm na linha de trabalhos porta a porta ou algo diferenciador neste âmbito

Começámos a pesquisa pelo concelho de Lisboa, que tem vinte e quatro freguesias: freguesia da Ajuda, freguesia de Alcântara, freguesia de Alvalade, freguesia do Areeiro, freguesia de Arroios, freguesia de Avenidas Novas, freguesia do Beato, freguesia de Belém, freguesia de Benfica, freguesia de Campo de Ourique, freguesia de Campolide, freguesia de Carnide, freguesia da Estrela, freguesia do Lumiar, freguesia de Marvila, freguesia da Misericórdia, freguesia dos Olivais, freguesia do Parque das Nações, freguesia de Penha de França, freguesia de Santa Clara, freguesia de Santa Maria Maior, freguesia de Santo António, freguesia de São Domingos de Benfica e freguesia de São Vicente.

O concelho do Porto tem sete freguesias: União de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, União de freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, freguesia do Bonfim, freguesia de Campanhã, freguesia de Paranhos e freguesia de Ramalde.

O concelho de Coimbra tem dezanove freguesias: freguesia de Almalaguês, freguesia de Brasfemes, freguesia de Ceira, freguesia de Cernache, freguesia de Santo António dos Olivais, freguesia de São João do Campo, freguesia de São Silvestre, freguesia de Torres do Mondego, União de freguesias de Antuzede e Vil de Matos, União de freguesias de Assafarge e Antanhol, União de freguesias de Coimbra, Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu, União das freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, União das

freguesias de Santa Clara e Castelo de Viegas, União de freguesias de São Martinho e Árvore de Lamarosa, União de freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, União de Souselas e Botão, União de freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila e União de freguesias de Trouxemil e Torre de Viela.

O concelho de Faro tem quatro freguesias: União de freguesias de Conceição e Estoi, freguesia de Faro, freguesia de Montenegro e freguesia de Santa Bárbara de Nexe.

A procura de programas de apoio social foi feita por via do email e via telefónica.

Tal como referi anteriormente, telefonei e enviei emails para todas as juntas de freguesia mencionadas. Todo este trabalho demorou cerca de quatro dias, sendo que apenas três não me disponibilizaram qualquer ajuda. Com base nos emails recebidos e com os dados disponibilizados via telefónica, separando os diversos programas de forma não se repetirem, das vinte e quatro freguesias de Lisboa podem-se destacar diversos programas sociais, a saber: a freguesia da Ajuda tem apoios ao nível do transporte, ao nível da saúde, uma equipa para resolução de avarias e pequenas reparações em casa dos cidadãos, “Oficina Solidária”. A freguesia de Alvalade tem um nível de apoio muito diversificado, seja ao nível de transportes, alimentação, resolução de avarias, “Porta a Porta” e “Alvalade Solidário”. A freguesia do Areeiro, destaca-se pela diversidade de apoios: o Banco de Ajudas Técnicas, o empréstimo com a duração de 12 meses de equipamentos médicos, como camas articuladas, canadianas, cadeira de rodas, colchões ortopédicos, andarilhos, camas ortopédicas, colete torácico lombar. O “Ferro de Soldar”, que consiste em pequenas reparações elétricas, resolução de avarias em estores, reparações domésticas em mobília, substituição de vidros e janelas, arranjo de portas, fechaduras e pinturas em toda a casa, apoio alimentar, cartão medicamento, parceria ao nível de medicina geral e especialidade(medicina privada com preços solidários), serviço de passeio de cães para pessoas com pouca mobilidade ou mobilidade reduzida, apoio psicológico com um gabinete de psicologia à disposição, apoio jurídico(aconselhamento) e consultas veterinárias gratuitas. A freguesia de Arroios dispõe de diversos apoios e serviços à população, sejam eles ao nível de pequenas reparações em casa, apoio psicológico, transporte, tem um cartão próprio, “Cartão mais Arroios”, que ajuda ao nível do apoio social, seja ele em situações de vulnerabilidade ou na farmácia com desconto em medicamentos de prescrição médica.

As restantes Juntas de Freguesia mencionaram alguns serviços via telefone, constatei que em nada acrescentam para o trabalho que pretendemos, sendo que algumas pediram-me o meu contato pessoal e mesmo após esse dado facultado, não recebi

qualquer novidade ou algo de muito diferente do que foi dito pela primeira chamada telefónica. As freguesias de Benfica, Belém, Campo de Ourique, Campolide, Lumiar, Marvila, Olivais, Parque das Nações e Santa Maria Maior, têm um trabalho muito idêntico à da junta de freguesia de Castelo Branco. As freguesias de Avenidas Novas, Beato, Estrela, Misericórdia, Santa Clara, Santo António (esta tem um projeto farol, ao nível do apoio psicológico), São Vicente e Domingos de Benfica são freguesias com uma descentralização de poderes por parte da Câmara Municipal de Lisboa, como em quase todas destas mencionadas, pouco ou nada têm de relevante para o desenvolvimento de ideias para um programa de apoios sociais. De notar que a freguesia de Penha de França na sua ação social conta com uma loja social para famílias mais carenciadas, para obtenção e substituição de eletrodomésticos.

A Junta de Freguesia do Bonfim tem um programa inovador ao nível das terapias complementares, o *reiki*, programas espirituais, consiste numa terapia espiritual oferecida pela junta de freguesia aos cidadãos que queiram aderir, têm parcerias ao nível da saúde oral, medicina dentária e próteses dentárias, uma parceria que também destaque é ao nível da fisioterapia.

As freguesias de Campanhã, Paranhos e Ramalde, os níveis de apoios são muito idênticos ao da freguesia de Arroios, obviamente devido à pandemia existe um trabalho extra de todas as juntas de freguesia.

O concelho de Coimbra muito pouco se encontrou sobre apoios sociais, provavelmente porque são freguesias completamente dependentes da Câmara Municipal. Ainda assim, destaque, duas freguesias, a União de freguesias de São Martinho e Ribeiro de Frades e a União de freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, destaque o apoio monetário para pagamentos das despesas familiares, nomeadamente, rendas, água, luz, gás e outras, para além do mais de ambas terem parcerias com instituições de solidariedade social.

Após o levantamento das diversas freguesias que me forneceram os seus programas de apoio, cheguei à conclusão que a junta de freguesia de Castelo Branco, necessita de criar um gabinete de ajudas técnicas ou um gabinete de melhoria de serviços da Junta de Freguesia, criando parcerias ao nível de serviços jurídicos e parcerias ao nível da medicina dentária, para além do mais de ter uma equipa de pequenas reparações ao domicílio.

Tendo este levantamento e posterior análise em conta, foi possível desenvolver uma proposta para a Junta de Freguesia de Castelo branco neste âmbito das políticas sociais

locais. A proposta consistia na criação de um gabinete social na Junta de Freguesia de Castelo Branco, de forma a combater as carências existentes. Deste modo, seria possível, por exemplo, a contratação de um psicólogo/psicóloga e de um de assistente técnico da área social, de juristas para apoio à população e de parcerias com clínicas dentárias.

Conclusão

A aprendizagem ao longo do tempo que estagiei na junta de freguesia foi notória. Pude aprender o funcionamento de uma junta de freguesia na sua plenitude, conhecer diversas pessoas e desenvolver medidas concretas para a junta de freguesia. O dia a dia do estágio foi desafiante, já que não tive dias iguais. Entre as várias atividades participei e contribuí no programa “A freguesia vai por si”, programa esse que ajuda dezenas de idosos da freguesia, ajudei na divulgação dos censos. Durante alguns dias criei laços de entreatajuda entre toda a equipa de funcionários da Junta de Freguesia, pude também tratar e desenvolver análises de notícias de imprensa sobre o trabalho e iniciativas da Junta de Freguesia.

A proposta social que desenvolvemos, o gabinete social, é algo que apresento como resultado da pesquisa e análise de várias políticas sociais locais a nível nacional. O meu objetivo é desenvolver e contribuir de alguma maneira para a melhoria de serviços que a freguesia tem para os seus cidadãos.

Durante o estágio aprendi imenso, mas nem sempre foi fácil. Por vezes perspetivámos certas ideias e linhas de atuação, contudo eram impossibilitadas por razões políticas, de calendário ou simplesmente por causa da pandemia. Assim foi com muita pena que não pudemos avançar com o projeto para a zona histórica e com a cooperação do centro prisional de Castelo Branco, mas foram lançadas as suas sementes.

Por fim, diria que o estágio superou de longe as minhas expectativas, quer ao nível do conhecimento, quer na interação que estabeleci entre as pessoas e os lugares da freguesia.

Bibliografia

- Agarez, R. (Coord.). (2018). *Habitação – cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Amaro, Rogério R. (2003) “A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza”
- Antunes, G. (2019). *Política de habitação social em Portugal: De 1974 à actualidade*.
- Antunes, G., Lúcio, J., Soares, N. P., & Julião, R. P. (2016). *Políticas de habitação social precedentes a Abril de 1974*.
- Bandeira, M. L. (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: 1950-2011, evolução e perspectivas*.
- Barbosa, C. M. (2015). *Políticas públicas locais para o envelhecimento: o caso de Portugal e da Suécia*.
- Branco, F. (1991). *MUNICIPIOS E POLITICAS SOCIAIS EM PORTUGAL (1977 -1989)*.
- Capucha, L. (2005) *Envelhecimento e políticas sociais: novos desafios aos sistemas de proteção. Proteção contra o “risco de velhice”: que risco? Sociologia, 15, Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto*.
- Capucha, L. (2010). *INOVAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL Políticas activas para a inclusão educativa*.
- Ferreira, L. V. (2004). *DINÂMICA DE RENDIMENTOS, PERSISTÊNCIA DA POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS EM PORTUGAL*.
- Martins, R. M. L. (2011). *ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS*.
- Rocha, J., & Silva, P. (2017). *Municípios em Portugal*. In Oliveira, A. C. e Hermany, R. (eds.), *Municipalismo: Perspectivas Da Descentralização Na América Latina, Na Europa e No Mundo*. Brasília: Confederação Nacional de Municípios.
- Rodrigues, E. V. (2017). *O estado e as políticas sociais em Portugal : discussão teórica e empírica em torno do rendimento social de inserção. Sociologia : Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto, 20, pp. 191-229*.
- Rodrigues, E. V., et. al. (1999), *Políticas Sociais e Exclusão em Portugal. Sociologia: Problemas e Práticas, 31, pp. 39-67*.
- Teixeira, A. R. (2014). *Envelhecimento ativo: Contributo para uma discussão crítica. Análise Social, 210, xlix (1.º), pp. 28-54*.

Web grafia

Instituto Nacional de Estatística “INE”. Disponível em: “https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html”, consultado a (5 de maio de 2022).

Junta de Freguesia. Disponível em: “<https://jf-castelobranco.pt/>”, consultado (5 de maio de 2022).